



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

Conselho Municipal de Educação de Rio Claro

Reunião Ordinária

01 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às
02 quatorze horas, reuniram-se ordinariamente através de vídeo conferência o
03 Conselho Municipal de Educação de Rio Claro, representado pelos conselheiros
04 presentes: Camila Cilene Zanfelice, Huri Ferreira, Jailson Malta Miranda da Silva,
05 Luciana de Lourdes dos Santos, Luciana Helena Pizzinato, Maria Antônia Ramos
06 de Azevedo, Mário Davi do Amaral Veiga, Mônica Cristina Q. Christofolletti, Osmar
07 Arruda Garcia, Paulo César Aparecido Apolari, Raquel Ribeiro, Sandra Helena
08 Tinós, Simone Michelin Iost Giovani, Valneide Anastácio dos Santos. Justificaram
09 a ausência os conselheiros: Alexandra Cristina Delbon, Claudia Aparecida Sorgon
10 Scotuzzi, Jeferson Mello Souza, Lauriany Santos Laís e Willian Abreu Silva. Os
11 demais não se manifestaram ficando ausentes. A reunião foi iniciada pela
12 Presidente apresentando a nova Secretária de Educação, Valéria Vélis e a ela, os
13 conselheiros Simone Giovani, Luciana Pizzinato, Huri Ferreira e William Silva e a
14 quem representam. A presidente ainda passou alguns recados aos conselheiros
15 sobre a elaboração do calendário de reuniões de dois mil e vinte e um que
16 dependerá da composição do Conselho e o interesse do Presidente da Câmara e
17 do Vice Prefeito em se reunirem com o COMERC para conhecerem melhor o
18 funcionamento deste e do Fórum de Educação. A pauta da reunião foi
19 compartilhada previamente tanto com os conselheiros quanto com a Secretária
20 para que fosse realizada de forma mais efetiva. A Secretária Valéria agradeceu as
21 palavras da presidente e salientou a importância do COMERC para o município.
22 Se desculpou pela demora em marcar esta reunião que se justificou com a alta
23 demanda de trabalhos na Secretaria. Afirmou que o trabalho do COMERC com a
24 Secretaria Municipal de Educação seja uma parceria importante para a tomada de
25 decisões ou definições se se façam necessárias. Se colocou aberta ao diálogo
26 com os três Conselhos relacionados a Educação. Iniciando a pauta prevista,
27 afirmou que está conversando com os conselheiros indicados anteriormente pelo
28 Poder Público para saber se há interesse em continuar atuando nos Conselhos e
29 assim que tiver o posicionamento de todos, definirá os nomes indicados pela atual
30 gestão. A conselheira Camila sugeriu à Valéria que houvesse indicação de
31 professores coordenadores e diretores para a nova composição dos Conselhos. A
32 presidente observou que atualmente a composição segue a legislação vigente e
33 há a necessidade de outras áreas serem representadas, como o Conselho Tutelar,
34 e para que isso ocorra, deve-se atualizar a legislação. Através do chat as
35 conselheiras Maria, Valneide e Luciana Pizzinato concordaram com a fala da
36 conselheira Camila. A conselheira Sandra concordou com a fala da conselheira
37 Camila e observou a importância de haver representantes das Etapas de ensino I
38 e II. A Secretária concordou com as sugestões e garantiu que os conselheiros
39 podem ficar tranquilos em relação a representatividade. O segundo ponto da pauta
40 trata sobre o calendário escolar de dois mil e vinte e um, seguirá os duzentos dias
41 letivos de acordo com a legislação vigente porém, é possível que haja mudanças



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

42 dependendo de como se dará a legislação com o decorrer da pandemia. A
 43 conselheira Sandra pontuou que acompanha através do CAE o estado de
 44 calamidade pública e perguntou que olhar o departamento jurídico dá para essa
 45 situação em relação ao calendário escolar. A Secretária salientou que o estado de
 46 calamidade pública continua mas não houve mudança de orientação em relação
 47 aos dias letivos pelo Conselho nacional de Educação, a definição do calendário
 48 em duzentos dias letivos se deu em conformidade com a legislação vigente. A
 49 conselheira Monica compartilhou que quando foi elaborado o calendário para o
 50 período letivo de dois mil e vinte e um, foi observado a determinação de vigência
 51 do período de calamidade pública, porém, o Supremo Tribunal Federal determinou
 52 que o estado de calamidade continuasse no país e isso faz com que a Secretaria
 53 fique atenta. A Secretária concordou e afirmou que continuam atentos a essas
 54 questões e que está ciente de que alguma mudança poderá ocorrer com o
 55 calendário ao longo do ano de dois mil e vinte e um. Através do chat o conselheiro
 56 Mário solicitou que fosse enviado ao COMERC o parecer da Secretaria e a
 57 Secretária afirmou que será encaminhado e que inclusive "o parecer do Jurídico,
 58 em relação ao processo seletivo e ao concurso vai na mesma lógica que a Lei
 59 Federal, que encerrou o estado de calamidade em trinta e um de dezembro e o
 60 decreto caiu". A Secretária informou que a CIAR será convocada e afirmou que a
 61 Comissão será mantida para dar continuidade ao que já foi feito e justificou a não
 62 convocação até o momento com a legislação de criação da mesma que afirma que
 63 a Comissão foi instituída para pensar o retorno presencial das aulas, que não tem
 64 previsão de ocorrer neste semestre, apesar de esta definição poder mudar devido
 65 ao estado de pandemia e que as aulas só retornarão quando for seguro para todos.
 66 A conselheira Sandra, através do chat, salientou a importância da CIAR estar ativa
 67 em dois mil e vinte e um. A Secretária afirmou que a CIAR vai ser consultada em
 68 meados de março e que as mudanças que forem necessárias acontecerão para
 69 somar e não diminuir os trabalhos já realizados, afirmou ainda que recebeu a
 70 documentação elaborada pela Comissão e que notou pontos divergentes que
 71 serão conversados. Dando continuidade à pauta, a Secretária afirmou que em
 72 relação as atividades não presenciais, a preocupação inicial foi com o
 73 alcance/abrangência do envio das atividades às famílias. Na opinião dela, houve
 74 falhas de comunicação entre as escolas e o Conselho Tutelar pois este alegou que
 75 as escolas falharam no envio das atividades. Ficou acordado que a Secretaria fará
 76 uma reunião com os diretores para criação de um protocolo do que deverá ser
 77 enviado ao Conselho Tutelar para padronizar o envio dessas informações. Sobre
 78 o uso da TV Claret na exibição de vídeos para os alunos, a intenção não é a de
 79 que o professor esteja ao vivo com os alunos no momento da transmissão, mas
 80 que os vídeos sejam mais uma forma de acessar as famílias. A TV Claret
 81 disponibilizará um horário pela manhã e um a tarde para a transmissão dos vídeos
 82 elaborados pela Secretaria sem custo pelo uso desse horário, em contrapartida,
 83 os vídeos deverão ter uma qualidade mínima para entrar na grade, para isso uma
 84 produtora foi contratada para produzir e editar 25 vídeos pelo valor de seiscentos
 85 e oitenta reais cada um, e o conteúdo foi elaborado e apresentado por professores



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

86 da Rede, de escolas que desenvolveram atividades em mídias sociais para
87 participar. Na primeira semana, será veiculado contações de histórias para todas
88 as etapas, nas demais semanas, haverá orientações para as famílias de atividades
89 pedagógicas. E mesmo que as famílias não tenham acesso através da TV, os
90 vídeos serão disponibilizados no canal da Secretaria no YouTube. Através do chat
91 a conselheira Monica perguntou se a busca ativa será feita pela Secretaria de
92 Desenvolvimento Social, e a Secretária informou que está em contato com eles
93 para acertar os detalhes de como será feito, num primeiro momento a escola fará
94 o levantamento das crianças e a Ação Social fará a busca dos casos em que a
95 escola não conseguiu atingir e, se for necessário, a Secretária de educação
96 disponibilizará o transporte que está sem uso no momento para a entrega do
97 material para as famílias. Informou ainda, que o Secretário de Finanças solicitou
98 que fosse feito um levantamento de quantas famílias necessitarão desse serviço
99 pois há a possibilidade de redução de custo se for utilizado um serviço de motoboy.
100 A conselheira Sandra, inscrita através do chat, considerou louvável a busca por
101 ampliação das tentativas de alcançar as crianças e observou que durante a aula
102 inaugural, não ficou claro como os vídeos exibidos na TV Claret serão utilizados:
103 se seriam a base ou complementares para os trabalhos. A Secretária concordou
104 que o uso do termo "disparador" durante a live gerou conflitos no entendimento e
105 acredita que ao longo do caminho, adequações serão realizadas de acordo com o
106 que a Rede levar de retorno. Afirmou que o uso dessa alternativa, não significa
107 que ela será definitiva e que é importante mostrar para a população que os
108 professores e que as escolas estão trabalhando muito e está sendo fornecida mais
109 uma ferramenta para o trabalho e que seja um motivador para as escolas pois é
110 necessário reconhecer o trabalho e avançar o trabalho em Rede sem
111 descaracterizar o trabalho de cada escola em suas especificidades. A Secretária
112 informou que os vídeos apresentarão contação de histórias e depois será realizada
113 reunião de acompanhamento com os professores coordenadores para afinar os
114 vídeos com as atividades pedagógicas enviadas às famílias. Os vídeos serão
115 veiculados todos os dias da semana, das sete às nove horas e reprisados das
116 dezesseis às dezoito horas para todas as etapas de ensino. Paralelo a isso o envio
117 de atividades continua através do aplicativo WhatsApp e de forma impressa. A
118 conselheira Monica pediu a palavra e informou que assistiu a reunião junto com a
119 professora coordenadora da escola em que atua e que sua fala seria similar à da
120 conselheira Sandra, pois quando foi usado o termo 'norteador' o seu entendimento
121 é de algo oficial e apresentou a realidade dessa escola que está dirigindo onde a
122 entrega das atividades para as famílias foi de cem por cento impressa, e colocou
123 a questão: como deverá ser feita a orientação para as famílias sobre o uso dos
124 vídeos que serão veiculados na TV uma vez que haverá vídeos para todas as
125 etapas. A Secretária explicou que para cada etapa está sendo elaborado um tipo
126 de linha de produção para os vídeos, para a Etapa 1 por exemplo, os vídeos terão
127 conteúdo para orientar os pais em relação ao desenvolvimento dos bebês. Acredita
128 que para as escolas em que a entrega dos materiais foi em sua maioria impressa,
129 vai depender da realidade de cada uma e isso fará com que juntos, como Rede,



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

130 pense-se em como melhorar. Caso as famílias não consigam assistir aos vídeos,
 131 não haverá problema uma vez que eles serão mais uma ferramenta e não a
 132 ferramenta principal do trabalho. A conselheira Monica afirmou que esse ponto
 133 precisa ficar mais claro pois o uso do termo 'nortear' sugeriu que as escolas
 134 devessem aguardar a exibição dos vídeos para depois planejar e enviar as
 135 atividades para as famílias, o que complica o trabalho pois não há como controlar
 136 se os alunos estão assistindo ou não. A Secretária agradeceu as observações e
 137 salientou a fala do conselheiro Malta através do chat sobre a obrigatoriedade de
 138 se usar os vídeos da TV, essa obrigatoriedade é inexistente; afirmou que
 139 padronizar uma ação geral para a Rede toda é impossível devido as
 140 particularidades de cada escola, mas que observar as particularidades e não
 141 desenvolver uma ação para solucionar a demanda é impossível. Reafirmou que a
 142 TV é uma ferramenta a mais para atingir todas as crianças do município. A
 143 conselheira Monica agradeceu o empenho da Secretária e afirmou que se for
 144 possível a utilização do transporte escolar para entregar os materiais para as
 145 famílias que ficaram sem receber as atividades será de grande valia. A Secretária
 146 agradeceu e reforçou que talvez o uso dos vídeos possa ser indiferente para uma
 147 região, mas para outra possa ser positiva. Dando continuidade, a Secretária
 148 colocou o questionamento sobre a alimentação escolar: as crianças que
 149 receberam o cartão alimentação continuam recebendo desde janeiro; sobre a
 150 cesta verde está sendo realizado um novo levantamento do número de famílias
 151 que receberão e; apontou uma nova problemática em relação aos alunos do
 152 Estado, esses alunos estão respondendo a um formulário e se cadastrando junto
 153 a Diretoria Regional para que seja ofertado transporte e merenda do município, a
 154 Secretária apresentou aos conselheiros um ponto de destaque em relação a essa
 155 necessidade pois para ofertar a merenda, a Dirigente Regional deverá garantir o
 156 número exato de alunos que necessitarão do atendimento para que não haja
 157 desperdício de alimento. A Secretaria está se preparando para oferecer o gênero
 158 alimentício mas que está aguardando a posição do Estado para definir o que será
 159 realizado e após essa definição, levará ao CAE para discussão. A conselheira
 160 Sandra observou que a frequência escolar é facultativa para os alunos do Estado,
 161 e segundo o FNDE os municípios deverão ofertar os alimentos para os alunos do
 162 Estado segundo os convênios firmados. Colocou a problemática estrutural das
 163 escolas para o acesso à internet. A Secretária informou que foram comprados
 164 equipamentos (roteadores, peças, softwares) para procurar sanar as dificuldades
 165 de acesso a rede de internet nas escolas. Informou ainda que a Secretaria está
 166 apresentando para o departamento de compras o tamanho da Rede (número de
 167 escolas, profissionais e alunos) que justifiquem o tamanho dos pedidos de
 168 compras realizados. Está observando ações de outros municípios em relação a
 169 compra de chips e smartphones para os professores, a compra de notebooks pelo
 170 Estado e a dificuldade de alguns profissionais em trabalhar com essas tecnologias
 171 sem esquecer do acesso. Outro ponto da pauta foi o pedido de testagem das
 172 crianças, a Secretária informou que sua intenção era a de testar todos os
 173 profissionais da Rede para ter maior segurança no retorno das atividades nas



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

174 escolas e em contato com a responsável da Faculdade Anhanguera os
175 profissionais serão cadastrados e a faculdade fará o agendamento e a testagem,
176 porém, como o funcionário deverá ir à Faculdade para realizar a testagem, ela já
177 recebeu questionamento da obrigatoriedade, por isso acredita ser um fator que
178 dificulte o controle mas que vai se informar da possibilidade. Sobre o apoio
179 psicológico aos profissionais e alunos, a UNDIME está capacitando profissionais
180 em todo o Estado para passar às Secretarias como será feito o acolhimento às
181 crianças e funcionários. Sobre a EJA, a Secretaria acredita ser uma ação em
182 parceria com o COMERC e outras secretarias para se pensar ao longo do ano para
183 possibilitar a implantação. Sobre o Plano pela Primeira Infância, informou que é
184 um ponto presente no plano de governo do atual prefeito e a primeira ação é a
185 criação de um comitê para dar início a discussão com vários seguimentos
186 envolvidos e o decreto está sendo elaborado para dar início ao comitê. A
187 conselheira Sandra entendeu que o comitê para o Marco da Primeira infância é
188 importante e destacou que vários setores sejam contemplados para que se possa
189 ampliar a discussão sobre o que é a infância. A Secretária apontou que há uma
190 questão legal e sim, vários setores serão abrangidos. A presidente do Conselho
191 pediu a palavra e afirmou que no seu entender as questões foram respondidas de
192 forma clara e solicitou a Secretaria que apresentasse suas demandas. Antes a
193 conselheiro Luciana pediu a palavra e agradeceu a fala da Secretária e levantou a
194 questão que vem sido recorrente nas reuniões do COMERC sobre a regularização
195 das escolas particulares pois a situação de muitas acabam impedindo uma
196 atuação efetiva do Conselho. A presidente reforçou que a há uma lei mas que ela
197 é vaga e é necessário que seja atualizada. A Secretária colocou que esse ponto
198 da regularização é uma das demandas pois muitas escolas a procuraram para
199 atuarem como recreação e ao criarem o cadastro junto a prefeitura, ao se dizerem
200 recreação, não chegam até a Secretaria de Educação, observou que apenas seis
201 escolas estão regularizadas junto a Secretaria. A Secretária apresentou as
202 seguintes demandas: a necessidade da Deliberação sobre a Educação Infantil; as
203 normas regimentais que não atendem as demandas atuais; currículo integrado;
204 acompanhamento do COMERC junto as obras das escolas em construção (duas
205 escolas estão em processo de finalização, a Jardim Novo e a creche Viver Melhor
206 e outras duas que dependem de verba federal); a escola Educativa fechou e a
207 proprietária ofereceu o prédio e uma solicitação foi enviada à prefeitura para avaliar
208 a possibilidade de compra ou aluguel desse prédio. Através do chat o conselheiro
209 Huri questionou sobre a reforma da Escola Agrícola e a Secretária respondeu que
210 devido ao vice prefeito da gestão anterior decretar o cancelamento de todos os
211 gastos públicos em dezembro de dois mil e vinte o atual engenheiro responsável
212 pelas obras está realizando um levantamento atualizado dos gastos com as obras
213 pois devido ao aumento dos preços de produtos e serviços a licitação com os
214 valores anteriores poderia se tornar inviável. Sugeriu ainda que seja agendada
215 uma reunião para que o COMERC se inteire sobre a situação das obras das
216 escolas. A presidente agradeceu a participação de todos, reforçou que os
217 conselheiros indicados pelo poder público na gestão anterior e que queiram



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Rua 06 nº 3265 - Alto do Santana - Cep:13504-188 - Rio Claro - São Paulo

218 continuar os trabalhos no Conselho entrem em contato com a Secretária; a
 219 importância da deliberação da Educação Infantil, da Educação Especial; e da
 220 necessidade de rever o regimento interno; elaborar o Currículo que é uma
 221 cobrança da Rede e a lei dos Sistemas. Colocou a importância da participação de
 222 alguns integrantes do Conselho que chamam a atenção dos demais conselheiros
 223 que fazem parte da Rede pois é muito importante a visão de outras pessoas que
 224 fazem parte das escolas. A Secretária agradeceu e se colocou a disposição do
 225 COMERC e afirmou que está disposta a contribuir para a Rede com a intenção de
 226 fazer o melhor que puder com a ajuda de todos. Sem mais a tratar, a presidente
 227 agradeceu a presença e disposição de todos os conselheiros presentes e deu por
 228 encerrada a reunião. Eu, Simone Michelin Iost Giovani, lavrei a presente Ata que
 229 segue assinada por mim e pela presidente do COMERC:
 230 Simone Michelin Iost Giovani _____
 231 Luciana de Lourdes dos Santos _____